


* Mestra e doutora em Educação pela PUC-SP. Supervisora Escolar aposentada na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (até 2012). Diretora Regional de Educação / DRE São Mateus (2013-2014) e Chefe da ATP/SME (2015-2016). Atua como Coordenadora Pedagógica no Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular – CESEEP desde 2017. Docente universitária (2004 a 2016). Autora de livros e artigos na área de Educação de Jovens e Adultos, Currículo, Avaliação e Educação Popular.

E-mail: lurdinhapp@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9896-4742>

Recebido em 28/12/2022

Aprovado em 25/06/2023

EDUCAR PARA A PARTILHA E PARA A SOLIDARIEDADE

Desafios atuais

EDUCATION FOR SHARING AND SOLIDARITY

Current challenges

*Lourdes de Fátima Paschoaletto Possani**

*Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido
é ser opressor.
Paulo Freire*

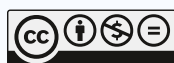
*Com bênção e partilha, nunca estaremos sozinhos!
Papa Francisco*

Resumo: Educar para a partilha e para a solidariedade exige repensar conteúdos e metodologia, tanto na área social quanto religiosa. O artigo se propõe a refletir sobre os desafios atuais de como fazer educação na perspectiva libertadora, na contramão da educação tradicional. Propõe também uma reflexão em torno do objeto partindo de uma posição sociopolítica definida em favor da vida, da liberdade e da autonomia dos sujeitos envolvidos nos processos educativos, formais e/ou informais.

Palavras-chave: Educação. Partilha. Solidariedade. Igreja. Sociedade.

Abstract: Educating for sharing and solidarity requires the reimagining of content and methodology, both in the social and religious areas. The article proposes to reflect on the current challenges of how to carry out education from a liberating perspective, against the grain of traditional education. It also proposes a reflection around the theme starting from a defined socio-political position in favor of life, freedom and autonomy of the subjects involved in educational processes, be it formal and/or informal.

Keywords: Education. Sharing. Solidarity. Church. Society.



INTRODUÇÃO

Temos enfrentado muitos desafios nos últimos tempos: guerras entre países, onde os mais ricos destroem os mais pobres ou aqueles que têm em seu território os seus objetos de desejo e de lucro. Também enfrentamos guerras que se expressam na violência contra as mulheres, contra as pessoas negras e indígenas e por causa da escolha religiosa, pela orientação sexual e por outras formas de ser e de viver que não sejam a hegemônica, branca, hétero.

Vivemos também um momento de violência na política, não só física, mas psicológica, gerando medo e insegurança nas pessoas que pensam diferente de determinado grupo. Vemos também, com tristeza, a destruição da natureza, do solo, das águas e do ar com suas consequências para a sobrevivência da humanidade. Um exemplo disso são os incêndios criminosos especialmente os ocorridos na Amazônia. No entanto, pior do que tudo isso é a naturalização de toda essa violência e dessa forma de relação com o meio ambiente.

O espancamento até a morte, no Rio de Janeiro (RJ), de Moïse Mugenvi Kabagamb, um imigrante congolês negro; o assassinato, com requintes de crueldade da adolescente de 14 anos, Daiane Girá Sales, da Reserva indígena Kaingang de Redentora (RS); os espancamentos e os assassinatos de pessoas LGBTQIA+ não geram comoção nacional, pois, de alguma forma, no senso comum encontra-se uma explicação “natural” ou fatalista para os mesmos.

Mais do que a violência cometida contra as pessoas e com o meio ambiente, choca-nos a reação das pessoas diante desses fatos. Reação silenciosa e omissa ou de cumplicidade com a opressão e a violência como se estas fossem “naturais”. E choca-nos ainda mais por sabermos que grande parte das pessoas que reagem dessa forma, ou seja, apoiando a violência, passaram pelo menos oito anos na escola formal e que, muitas delas, passaram por algum tipo de educação religiosa, em toda sua diversidade de modelos educativos (catequese, escola dominical e outras).

A educação que recebemos ao longo da vida nos ensina a ver o mundo sob este prisma; há um currículo escolar e religioso oculto que: a) prioriza o individualismo e a competição e não a partilha e a solidariedade entre pessoas; b) promove uma relação predatória com o meio ambiente e não de cuidado e de manejo sustentável.

Na contramão desta forma de educar, encontramos boas experiências educativas com foco na ação colaborativa e na promoção do bem-estar comunitário, com destaque para a participação popular na tomada das decisões e nas ações para a melhoria de vida de pessoas e grupos empobrecidos e vulnerabilizados. Com esses grupos há, ainda, muito para se aprender, tanto em relação aos conteúdos, como à sua metodologia e quanto ao seu modo de viver e de resistir à violência e à miséria.

Neste texto, partimos do pressuposto freiriano de que *a Educação muda pessoas e pessoas mudam o mundo* e que a educação não é algo estático, mas sim um artefato cultural que muda de acordo com o tempo histórico e com os grupos que têm o poder de decidir sobre o que é preciso que se aprenda para manter o mundo como está ou para mudá-lo.

1 PARTILHA, EDUCAÇÃO E SOLIDARIEDADE

Trazemos aqui um breve descritivo sobre partilha, educação e solidariedade com o intuito de compreender a posição assumida nesse texto.

1.1 Partilha

Partilha é uma palavra que tem sentidos diversos, a depender de seu contexto. Assumimos aqui a partilha como conceito e prática de troca, de doação, de generosidade, de bem querer às pessoas, a quem é o nosso próximo, estando ou não fisicamente próximo de nós.

Este termo é bastante utilizado no meio religioso, mas também pode ser encontrado em espaços sociais e políticos, quando o público que ali vive e trabalha vê o mundo como um espaço para todas as pessoas viverem em harmonia entre si e com a natureza.

Por detrás da palavra e do conceito de partilha existem pressupostos que nos fazem compreender por que a palavra pode ser considerada polissêmica e que a sua utilização não é ingênua e, tampouco, neutra. Veremos aqui alguns deles que são base para a atuação social e outros, para a atuação pastoral. No entanto, ambos têm aspectos em comum e, quase sempre, quem os toma para si em sua atuação profissional, social ou religiosa o fazem em qualquer espaço onde vive, ou seja, na família, com amigos, no trabalho, na militância política e na ação pastoral e comunitária.

1.2 Educação

Educação também é um termo que tem seu significado alterado de acordo com o tempo e de acordo com quem tem o poder em determinado momento histórico. A educação é uma construção humana. A educação tem uma história ao longo do tempo da humanidade e, com a evolução da sociedade, saiu do espaço familiar e foi para outros espaços como as escolas, as igrejas etc.

A educação aqui é entendida no seu termo mais amplo e não se limita ao campo escolar. Somos educados e educamos em todos os espaços sociais, começando pela família e seu entorno, pela escola, pela religião, pela vida social e pelo trabalho.

As mídias também exercem uma função educativa muito grande – para o bem e para o mal. Desde a invenção do rádio, passando pela TV até chegar aos meios digitais. Os meios de comunicação têm intencionalidade educativa, em termos distintos das formas convencionais de educar, pois podem ser tanto reprodutores dos modelos formais de educação (religiosa e social), como podem se valer de outras formas, mais sutis e até mais fortes de influenciar pessoas e grupos na direção de um determinado modo de pensar e de agir no mundo.

Plataformas digitais, como o “antigo” Orkut, passando pelo Facebook e chegando ao Instagram e Twitter, entre outros, invadiram os celulares da maioria da população, trazendo consequências visíveis para o modo de formar pessoas para viverem em sociedade. Lembramos que estas plataformas, de uso aparentemente gratuito, não são apenas formas de se vender produtos e serviços, mas principalmente de aprofundar um modelo de vida individualista e criar um campo aberto para receber, de forma subjetiva, mensagens de ódio e de incitação à violência. Elas são, também, instrumentos de uma nova forma de educar as pessoas. É claro que esta forma de educação/comunicação também traz benefícios ao conectar pessoas e grupos, com possibilidade de expansão de ideias e de projetos de um novo modo de vida, baseado na solidariedade e na partilha. No entanto, uma vez mais, como dito anteriormente, parece prevalecer o modo de pensar de quem tem o poder no momento, ou seja, de quem tem o controle político, econômico e financeiro no mundo.

1.3 Solidariedade

Solidariedade é uma palavra de origem francesa, *solidarité*, que remete, do ponto de vista social, para responsabilidades recíprocas entre pessoas e grupos. Não significa apenas reconhecer a situação vulnerável de uma pessoa ou de um grupo social, mas consiste, especialmente, no ato de ajudar essas pessoas.

Assim podemos dizer que a solidariedade traz em si o mesmo fundamento da partilha, mas avança para além dela, pois exige altruísmo por parte de quem a expressa em ações. Solidarizar-se não é apenas partilhar, trocar, mas fazer o bem sem esperar a volta, a não ser o prazer de servir. E este fazer solidário, pela alegria de servir também tem suporte no evangelho, quando Jesus escolhe o amor como o maior mandamento.

2 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO E A DINÂMICA DA PARTILHA

Há princípios que regem a forma como se faz educação, sobretudo quando pensamos na sua articulação com a partilha. Consideremos aqui alguns desses princípios tanto no âmbito da Igreja, como no da sociedade:

2.1 Na Igreja

Na tradição cristã encontramos princípios baseados nos preceitos do Evangelho, destacando alguns mais presentes nas diversas formas de educação religiosa:

a) *O amor é o maior mandamento.* “Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma, de todo o seu entendimento e com todas as suas forças. Ame seu próximo como a si mesmo. Não há mandamento maior do que este.” (Mc 12,30-31). Amar assim implica amar a outra pessoa como a nós mesmos, o que exige escuta, acolhimento, perdão e compaixão pelo próximo.

b) *A partilha une as pessoas em comunhão* e, no Evangelho, vemos a radicalidade dessa realidade: “A multidão dos que acreditavam era um só coração e uma só alma. Ninguém dizia que eram seus os bens que possuía, mas tudo entre eles era posto em comum.” (At 4,32) “De fato, entre eles não havia nenhum necessitado, pois aqueles que possuíam terras ou casas, as vendiam e levavam o valor das vendas aos pés dos apóstolos. Então se distribuía a cada um segundo a sua necessidade.” (At 4,34)

c) *Somos filhos e filhas de Deus* e, por isso, somos todos iguais perante Ele. Toda pessoa humana tem o mesmo valor diante de Deus - com diferenças de cor da pele, de cultura, de religião, de orientação sexual, de saberes/conhecimento etc. Deus criou a humanidade e a natureza para que vivessem em comunhão e a aí está a sua beleza: “é neste entrelaçamento da comunhão universal que se integra cada grupo humano, e aí encontra a sua beleza” (FT 149). Para a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Educação

é conduzir e acompanhar a pessoa para sair do não saber, rumo à consciência de si mesma e do mundo em vive. É tornar a pessoa consciente, para que se torne sempre mais sujeito de seus sentimentos, pensamentos e ações. Isso tanto para crianças como para adultos, uma vez que a própria vida se encarrega de nos trazer oportunidades de aprendizagem em qualquer etapa¹.

O eixo da definição proposta pelo texto-base da CF 2022 é o indivíduo que deve ser *conduzido* no processo de conhecimento. No entanto, podemos pensar a educação como um processo em que o aprendiz é sujeito do processo de sua construção do conhecimento.

¹ CNBB, *Campanha da Fraternidade 2022 - Texto-Base*, p. 17.

Com isso, podemos perceber que a educação tem uma função social: *possibilitar que as pessoas possam decodificar (decifrar), interferir e transformar a realidade*.

Assim, podemos dizer que o processo educativo vai muito além da aquisição de conhecimento. Ele é um processo que permite à pessoa ser sujeito do processo educativo e ser sujeito de transformação da realidade.

Essa compreensão da educação - como um instrumento de decodificação, de intervenção e de transformação - é necessária para compreendermos o seu potencial de transformação e as suas implicações em toda a vida da pessoa, da comunidade e da sociedade.

Para Mandela, “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, elas podem aprender a amar.” Ele diz também que “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”².

Se cremos nisso, não há como dissociar a educação de sua responsabilidade de transformar o mundo num espaço digno para todas as pessoas viverem. E aqui incluímos a educação religiosa que deve estar a serviço da construção do Reino de Deus: “Busquem primeiro o Reino de Deus e a sua justiça” (Mt 6,33). Ressaltamos que a educação religiosa, expressa na catequese oferecida pela Igreja, pode ocorrer também em espaços formais de educação, como as escolas confessionais.

2.2 Na sociedade

A citação de Mandela, já referida aqui, nos aponta caminhos para a educação, seja formal ou informal. Chamamos de educação formal aquela oferecida pelo Estado³, nas escolas públicas, ou por ele acompanhada, nos sistemas privados de ensino.

Educação informal é aquela oferecida fora desses dois espaços, e desenvolvida pelas organizações civis, pelas famílias ou grupos de interesse em comum. Ocorre especialmente associadas a atividades culturais, lúdicas e são promovidas, muitas vezes, também pela Igreja. Embora se diga que a educação formal ocorra sem planejamento, esta afirmação vale apenas para a educação que ocorre espontaneamente, pois a educação informal, dotada de intencionalidade, também prevê planejamento e, certamente, posição sociopolítica clara em favor de mudanças sociais com os sujeitos envolvidos nesse processo educativo, já que falamos de grupos sociais menos favorecidos economicamente. A educação informal também pode ser entendida como aquela que supre uma deficiência de oferta do Estado, como a alfabetização de jovens e adultos e a educação e cuidado com a infância até os 4 anos.

Em tese, a educação informal deveria ser realizada num formato mais livre do que o da educação formal, com currículos menos rígidos e construídos juntos com o público envolvido e a partir das suas necessidades, na perspectiva de oferta de uma educação que promova a transformação social.

3 EDUCAÇÃO LIBERTADORA X EDUCAÇÃO BANCÁRIA

Tratamos aqui da educação oferecida pela sociedade em um determinado tempo da história e com recorte para um tipo específico de educação: a educação libertadora. Este modelo de educação se contrapõe ao modelo tradicional ou conservador.

2 Trecho do discurso proferido no lançamento do Mindset Network, em 16 de julho de 2003. Lighting your way to a better future. Planetarium. University of the Witwatersrand, Johannesburg, South Africa.

3 O Estado tem o dever de oferecer a educação básica gratuita desde os 4 até os 16 anos. A alteração foi feita na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Essa regulamentação oficializa a mudança feita na Constituição por meio da Emenda Constitucional nº 59, em 2009.

3.1 Educação libertadora

A educação libertadora tem princípios que dão base para uma nova forma de educação, que seja para a liberdade, para a emancipação e crescimento dos sujeitos envolvidos.

a) *Somos, todos dotados de saberes e temos o mesmo valor.* Temos diferentes saberes, mas não valorados hierarquicamente: “Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”⁴.

b) *Somos seres relacionais.* Somos seres coletivos e nos formamos na relação com as outras pessoas e grupos sociais. Todos ensinamos e aprendemos algo com as outras pessoas, especialmente nas relações que estabelecemos com elas. Para Paulo Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”⁵.

c) *Mudar é difícil, mas é possível.* Esta afirmação é de Paulo Freire e nos reafirma o princípio da esperança – do verbo esperar. Uma esperança que nos move à ação por mudanças sociais e na relação humana com a natureza. Mudar exige compreensão da realidade, coragem para a ação sociopolítica e amorosidade na relação educacional que as ações promovidas provocam para além do individual, rumo à coletividade.

Contardo Calligaris⁶ nos alerta também para a necessidade de mudança em nós mesmo e para mudar o mundo: “Caso você pretenda mudar o mundo, lembre-se de que, provavelmente, você não está à altura do mundo mudado segundo seu desejo. (...) Quem quer mudar as coisas facilmente esquece de contar-se entre os itens a serem mudados.”

Na perspectiva da educação libertadora, não somos “nós” os únicos a educar os outros. Se somos seres relacionais e nossa relação é horizontal, cremos que não mudamos os outros sem que estejamos incluídos na mudança para o bem comum.

3.2 Educação bancária

O conceito de educação bancária, ou a concepção bancária de educação, foi desenvolvido por Paulo Freire, sobretudo no livro *Pedagogia do Oprimido*, como contraponto à educação libertadora por ele proposta em seus escritos e em sua prática como educador.

Este modelo tem como base princípios antagônicos ao modelo de educação libertadora e tem características bem distintas:

a) Currículo

Formação com conteúdo compartimentado e com a intenção de domesticar a consciência das pessoas. Esse modelo defende uma falsa neutralidade no currículo e na metodologia, visando disciplinar corpos e mentes para um referido modelo social desejado pela classe dominante.

b) Relação professor x aluno

A relação professor x aluno neste modelo é vertical e antidialógica. Esse modelo propõe os conteúdos como verdades absolutas. Na educação libertadora falamos em educador x educandos. Além disso, esse modelo de relação se contrapõe ao modelo horizontal e dialógico nas relações, encontrado na educação libertadora.

4 SANTOS, Boaventura de Sousa, *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*, p. 56.

5 FREIRE, Paulo, *Pedagogia do oprimido*, p. 68.

6 MARSIGLIA, Ivan, Contardo Calligaris, *Trip*, 2009.

c) Conhecimento

Na educação tradicional, a aprendizagem dos alunos é baseada na memorização e na repetição. Não há espaço para a criação e invenção próprias da educação libertadora. Todo o conhecimento vem pronto e os aprendizes são considerados como desprovidos de saberes. Em síntese, a ênfase é na transmissão e não na construção do conhecimento. “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção”⁷.

d) Realidade

A realidade é vista como estática e mistificada, fragmentada e compartimentada. Nesse modelo não há possibilidade de transformação a partir dos sujeitos, como propõe a educação libertadora. Como nos diz Paulo Freire: “reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo” (FREIRE, 2004, p.19).

4 EDUCAÇÃO E AS ESCOLHAS POLÍTICAS

Diante de escolhas curriculares ou educativas, podemos assumir posições contraditórias, realizando tarefas em favor ou contra mudanças na sociedade: “Uns da manutenção das estruturas e, outros, da mudança”⁸.

A Educação sempre teve e continua, nessa contraditoriedade, com a possibilidade de dois caminhos seguir:

4.1 Manter a sociedade como está

Manter a sociedade como está é manter a desigualdade social, a violência, o racismo, o patriarcalismo e a intolerância com o/a diferente.

Para manter a sociedade como está, é preciso pensar em estratégias de dominação de modo que se torne imperceptível a dominação. Uma das estratégias mais eficientes para manter tudo como está, é a naturalizar as desigualdades sociais e os mecanismos de dominação.

Para isso, utilizam-se de dois importantes espaços educativos e ideológicos:

a) O Estado

Com a escola formal, o Estado oferece um currículo - supostamente neutro - que prepara pessoas para um modo determinado de vida, onde os oprimidos devem aceitar, como natural, a sua condição e opressão.

A educação é pensada, desde séculos, para doutrinar corpos e mentes segundo um modelo social onde haja opressores e oprimidos, ricos e pobres, pretos e brancos (separados, se possível), homens e mulheres (com domínio do primeiro grupo sobre o segundo) e assim por diante.

Além da educação formal, as mídias desempenham papel importante na manutenção da realidade, pois quase sempre os donos dos meios de comunicação estão diretamente ligados a quem tem o poder econômico e político. Nesse contexto, inclui-se as mídias digitais, que avançaram velozmente neste início de século XXI.

A maior prova do sucesso desse modelo educacional é quando o oprimido repete o discurso do opressor contra si mesmo. E essa reação é também consequência da educação que recebe.

7 FREIRE, Paulo, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, p. 22.

8 FREIRE, Paulo, *Pedagogia do oprimido*, p. 93.

Lembremos que, muitos de nós, atuamos como educadores e gestores em escolas públicas ou privadas. Muito de nós atuamos hoje no ensino superior e formamos formadores/as. Daí a grande responsabilidade de formar pessoas para mudar o mundo, para transformar a realidade de opressão e exclusão em que vive grande parte da humanidade.

A participação na construção e recriação de currículos, para além de sua execução, deve ter base nos princípios de emancipação, de liberdade e de participação.

b) A Igreja

Na história ocidental, a Igreja Católica, por muitos séculos, esteve ligada ao poder e compactuou com a violência dos colonizadores contra os povos originários da Américas e da África.

A catequese foi a base para a aceitação da ideia de que esses povos eram inferiores diante dos invasores que tomaram seus territórios em busca da riqueza, espoliando os minérios e as reservas naturais. Esta extração predatória continua até os nossos dias, com mais ferocidade, a partir das novas tecnologias e os mais afetados continuam sendo os povos originários e tradicionais.

Vale lembrar que o genocídio contra os povos originários se deu, em grande parte, com a ajuda dos missionários que vieram nos mesmos navios dos colonizadores, e que catequizavam e subordinavam, adestrando corpos e mentes para um novo modo de vida, muito distinto daquele vivido por esses povos antes da invasão dos europeus.

Aqui faz-se necessário pensar em qual currículo ou quais conteúdos e metodologias são utilizados na formação religiosa, seja das pessoas leigas ou dos agentes religiosos. Tal como na educação formal, na educação religiosa também há um currículo intencional, não só doutrinário, mas também social, que forma pessoas pra serem lideranças a serviço de suas comunidades, paróquias e dioceses.

A formação de padres e religiosos incide diretamente na sua ação pastoral e guia sua missão como evangelizador e como agentes religiosos. Eles exercem, mesmo que não o saibam ou não admitam, um importante papel político diante da possibilidade de mudanças sociais. Sua posição frente aos problemas do mundo vai dizer sobre sua fidelidade ao Evangelho, sua opção pelos pobres (empobrecidos) e sua generosidade em acolher a diversidade.

A opção preferencial pelos pobres feita pela Igreja em Medellin e Puebla e a retomada nos textos do Papa Francisco é algo que precisa estar em nossa área de atuação como formadores se quisermos ser coerentes com o nosso discurso de partilha e solidariedade.

Não podemos, no entanto, nos esquecer que muitos agentes religiosos estão na contramão da longa caminhada da Igreja latino-americana e dos posicionamentos do Papa Francisco. Isso se dá porque muitos desses agentes são movidos por diferentes compreensões do Evangelho e da missão da Igreja e do próprio sentido da educação libertadora.

4.2 Transformar a sociedade

Transformar a sociedade que oprime é desejo de quem é dominado e não de quem está no poder. Paulo Freire diz que a luta tem “de partir, porém, dos ‘condenados da terra’, dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles, realmente se solidarizem”⁹. E ele pergunta:

⁹ *Ibid.*, p. 31.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível e uma sociedade opressora? quem sentirá, melhor do que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão por acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela ¹⁰.

Só podemos falar em mudanças a partir do olhar que percebe a sua necessidade e só percebe a necessidade de mudanças quem traz consigo uma visão de mundo que defende a justiça, a solidariedade e a igualdade de todas as pessoas.

Se concordamos com Paulo Freire, devemos ter clareza de que, embora tenhamos nós, educadores e formadores objetivos e certezas comuns, nosso papel e nossos desafios são distintos daqueles que movem os oprimidos por mudança. Daí a importância do discernimento de nosso papel nas lutas sociais e pastorais.

Os educadores – formais e informais – são seres políticos, mesmo que não o saibam ou não admitam. Além disso, os educadores quando negam seu papel político e falam em neutralidade nas ações, é porque já assumiram o modo conservador de educar, ou seja, de manter a realidade como está.

5 DESAFIOS ATUAIS

A dura realidade bate à nossa porta: o aumento do número de pessoas desempregadas, de pessoas sem terra, sem teto e em situação de rua¹¹.

Perdemos quase 700 mil¹² pessoas pelo contágio do COVID-19, o que deixa uma multidão de famílias chorando a morte de pais, mães, filhos, parentes e amigos. É grande também o número de pessoas que sobreviveram ao vírus, mas que ficaram com sequelas na saúde e necessitam de ajuda médica (física e/ou psicológica).

No Brasil, a escola envolve, de alguma forma, 72 milhões de brasileiros e seus familiares: 48 milhões no ensino infantil e fundamental, 16 no médio e 8 no superior. O fechamento das escolas durante a pandemia e a troca das aulas presenciais pelo ensino a distância, durante a pandemia, excluiu milhões de crianças e jovens, sobretudo da zona rural e de regiões sem acesso à internet. Perderam-se dois anos de estudos e sabemos que não basta retornar às aulas e tentar recuperar o tempo perdido com o mesmo currículo e metodologia de antes da pandemia. O mundo não é mais o mesmo depois da pandemia. A escola não poderá ser mais a mesma, tampouco o currículo escolar.

A pandemia afetou também as Igrejas. Com as medidas de isolamento social esvaziaram-se as igrejas e foi preciso se reinventar para fazer chegar, de alguma forma, a mensagem do Evangelho na casa das pessoas. O rádio, a TV e as mídias digitais foram usadas para a comunicação com os fiéis. Mas, tal como as escolas, enfrentou-se o desafio para alcançar aqueles que não têm acesso a uma boa conexão com a internet. A volta ao formato presencial das atividades religiosas e pastorais se coloca como um grande desafio depois de quase três anos isolados. Isso afeta a mensagem religiosa transmitida e, sobretudo, a educação na catequese.

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ Segundo o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da UFMG, São Paulo tinha 75,8 mil famílias em situação de rua cadastradas para receber benefícios sociais do governo federal em 2019. Esse número subiu para 85,9 mil em setembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/10/13/numero-de-moradores-em-situacao-de-rua-registrados-no-cadunico-sobe-13percent-no-estado-de-sp-entre-2019-e-2022-diz-estudo-da-ufmg.ghtml>

¹² Desde o início da pandemia pelo COVID-19 até o momento, incluindo o contágio por novas cepas do vírus, tivemos 693 mil mortes no Brasil.

A experiência de uma pandemia dessa magnitude não pode passar despercebida e sem análise de suas causas e consequências, como não se pode deixar de pensar na criação de estratégias e materiais que unam a alegria do encontro presencial com os benefícios que comunicação digital oferece.

6 CAMINHOS POSSÍVEIS

Colocando-nos como seres políticos num processo educacional, social e/ou religioso, com responsabilidade de educar para um mundo mais justo e solidário, com relações amorosas e generosas entre pessoas e com a natureza, apontamos, dentro dos limites deste texto, alguns caminhos que nos inspirem a trilhar junto com outras pessoas e grupos, na perspectiva da partilha, no seu sentido também social e/ou religioso.

6.1 Formação

É preciso que realizemos, dentro do modelo de educação libertadora, a formação de pessoas sobre:

- a) a realidade em que vivemos – para compreender os mecanismos de dominação;
- b) os direitos das pessoas – para saber o que de fato queremos mudar / conquistar;
- c) a importância e necessidade de conhecer estratégias de luta – para se efetuar mudanças (pessoais e coletivas);
- d) a importância de se educar para a fraternidade, para a solidariedade, para a partilha – com projetos de vida e de sociedade que considerem as pessoas como sujeitos de direitos.

6.2 Participação nas lutas em favor da vida

No âmbito das lutas em favor da vida, podemos apontar os seguintes caminhos:

a) No campo social/educacional

No âmbito social não podemos ficar de fora do movimento que exige do Estado a garantia de que a escola seja um lugar de oferta de educação pública e gratuita. É preciso que lutemos pela criação e cumprimento de leis que garantam o direito à educação pública de qualidade para todas as pessoas e que participemos e/ou apoiemos as lutas sociais por direitos dos trabalhadores da educação. A luta política é, em si, também um ato educativo e os educadores nela envolvidos trazem para o âmbito da escola sua experiência de luta e de participação, como classe social e, portanto, como forma crítica de fazer (e não só de ver e dizer) o mundo.

Um dos maiores desafios e onde a nossa luta deve ser maior, é a mudança de concepção de educação. Sair de um modelo individualista e excludente para outro, participativo e emancipador.

b) No campo religioso

No campo religioso também precisamos participar de mudanças que sejam necessárias nas comunidades, a partir das pessoas que ali vivem e convivem. A Igreja também é um lugar de educação pública, com liberdade religiosa, conforme reza a Constituição federal, promulgada em 1988.

É preciso que as mensagens da Igreja afirmem o direito à VIDA, em sua plenitude e em todos os momentos e etapas geracionais para todas as pessoas. É preciso também que as lideranças religiosas defendam uma educação baseada nos princípios da dignidade humana.

No caso da Igreja Católica, a educação deve ter como base o Evangelho de Jesus Cristo e, portanto, com base nos princípios do amor, da fraternidade, da garantia de **vida plena** para todas as pessoas, independentemente de sexo, religião, etnia e orientação sexual.

Um dos maiores desafios nesse campo é a mudança de concepção de fé e de espiritualidade: mudança de um modelo de fé e de espiritualidade apenas individual para uma fé que nos move a ir ao encontro do outro, educando para a justiça, para a solidariedade, para a partilha.

Com todos os desafios que se se apresentam para a vida dos mais pobres, as pastorais e movimentos sociais têm o compromisso de participar dos processos de mudança, seja a partir das ações diretas, quando é o caso, mas também a partir da formação de pessoas para realizarem este trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EDUCAR PARA A PARTILHA E PARA A SOLIDARIEDADE

A proposição de uma educação que torne as pessoas mais solidárias e justas, inclui alguns aspectos importantes que vão nortear o trabalho dos educadores.

Creemos que a escolha do caminho da educação libertadora é o que é capaz de tornar as pessoas esperançosas e com o coração aberto para olhar o outro como ser humano igual a si, apesar de toda e qualquer diferença, e de forma generosa para acolher e estar disponível para partilhar o pão e o conhecimento.

Do ponto de vista coletivo, esta escolha implica na união com outras pessoas e grupos, que se respeitem e se reconheçam como sujeitos de direitos e relacionais, na perspectiva dialógica de construção de saberes e conquista de vida digna para todas as pessoas.

Mudanças estruturais exigem um nível de organização e articulação entre grupos sociais e religiosos numa perspectiva maior do que o trabalho que se realiza individualmente ou em pequenos grupos.

No entanto, é preciso sempre começar de algum ponto para que haja intersecção mais à frente. E é preciso que compreendamos o contexto geral e de onde desenvolvemos o nosso trabalho, sabendo que: a) Não há neutralidade da educação – é preciso “escolher o lado”, posicionar-se a favor do quê e de quem e contra o quê e contra quem lutamos; b) Não há mudança sem a participação dos sujeitos envolvidos naquilo que se pretende mudar.

Com esta certeza, propomos que, nas ações formativas para a **partilha** e para a **solidariedade**, tomemos em conta algumas orientações e que estas estejam em consonância com os princípios da Educação libertadora:

a) *Educar para a liberdade*: com autonomia e de forma a oferecer às pessoas instrumentos para fazerem escolhas em suas vidas. Sair dos modelos educacionais fechados e abrir-se para modelos mais abertos que considerem o ser humano como sujeito de aprendizagens: “gostaria, uma vez mais, de deixar bem expresso o quanto aposto na liberdade, o quanto me parece fundamental que ela se exercite tomando decisões”¹³.

b) *Educar para um mundo de direitos garantidos*: água, alimento, moradia, saúde, transporte, lazer etc. Não há possibilidade de mudança sem garantir direitos para todas as pessoas: “A educação em direitos humanos requer a historicidade das lutas sociais, a adoção de conteúdos que auxiliem na compreensão da realidade e a transversalidade dos seus conteúdos e processos metodológicos, que contribuam com a mudança de cultura e de hábitos”¹⁴.

13 FREIRE, Paulo, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, p. 105.

14 MONTEIRO, Aída; PINI, Francisca Rodrigues, A educação em direitos humanos e a função da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, in: BEOZZO, José Oscar (Org.), *Educar para a um mundo social e racialmente justo*, p. 203.

c) *Educar para a solidariedade*: em contraposição à hegemonia de uma educação para a individualidade, a competição e aos modos mercadológicos impostos pela grande mídia. Há experiências positivas com quem podemos aprender. Experiência de partilha na sociedade, nas igrejas e movimentos e também na educação formal e informal: “Uma das características presentes em muitas das redes atuais é geração e vínculos de solidariedade entre pessoas, grupos e instituições que participam das mesmas”¹⁵.

d) *Educar para o respeito ao diferente, às diferenças*: reconhecer horizontalmente todas as pessoas com etnia, religião, gênero e orientação sexual diferente das nossas. Vivemos momentos de explicitação de horrores em relação às diferenças e temos a responsabilidade de mudar essa realidade: “a prática preconceituosa de raça, classe, de gênero, ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”¹⁶.

e) *Educar para a sustentabilidade*: não dá para dissociar humanidade e natureza. Existem experiências de sustentabilidade, com preservação da natureza (no campo) e de formas de tratar os resíduos sólidos (na cidade) de modo a não destruir e não poluir o planeta. Precisamos fazer conhecer cada uma dessas experiências: “na cultura indígena de alguns povos da América do Sul, todos os seres, materiais ou não, dotados ou não de vida, precisam ser respeitados, preservados ou conservados, como requisito ao próprio existir humano”¹⁷.

f) *Educar para o compromisso social*: não nascemos só para comer, beber, trabalhar para o sustento... precisamos avançar no compromisso com as lutas sociais. Não podemos estar fora das lutas em favor de mudanças para melhorar a situação dos empobrecidos e vulnerabilizados: “há coletivos sociais que se propõem a fazer educação para uma sociedade justa, aprendendo com as lutas populares”¹⁸;

g) *Educar para ser feliz*: devemos buscar as condições para que todas as pessoas sejam felizes, mas sabendo que a nossa felicidade não pode ser apenas individual e deve incluir projetos coletivos de felicidade para todos: “a vida que vale a pena viver e que nos estimula a degustá-la não se resume a uma simples luta contra a morte, mas é busca de um prazer comum, e alegria duradoura, o deleite profundo, o gozo gratuito, a felicidade que contagia!”¹⁹).

h) *Coerência entre discurso e prática*: cabe destacar que o educador deverá ter sempre coerência entre seu discurso e sua prática. Este é um exercício exigente para cada pessoa que se propõe a educar na perspectiva libertadora. Ser parte do processo educativo como alguém capaz de ensinar e de aprender ao mesmo tempo: “às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno, um simples gesto do professor”²⁰.

Finalizando esta reflexão, cabe lembrar que a nossa participação no trabalho de mudança a partir da educação é fundamental e que não haverá mudança social sem a nossa presença e a dos sujeitos envolvidos em cada luta por mudanças.

Para termos o mundo mais justo e humano que queremos, eduquemos sempre para a **partilha** e para a **solidariedade**!

15 POSSANI, Lourdes de Fátima Paschoaletto; SANCHEZ, Wagner Lopes, Formação ecumênica e popular em rede: projetos e vínculos solidários, in: POSSANI, Lourdes de Fátima Paschoaletto; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.), *Formação ecumênica e popular e feita em mutirão*: Curso de Verão 25 anos, p. 447-448.

16 FREIRE, Paulo, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, p. 37.

17 ROCHA, André, Educação ambiental e trabalho: água, agroecologia e tecnologias sociais, in: BEOZZO, José Oscar (Org.), *Educar para a um mundo social e racialmente justo*, p. 116.

18 ARROYO, Miguel González, Resistências por vida justa: matrizes de formação humana, in: BEOZZO, José Oscar (Org.), *Educar para a um mundo social e racialmente justo*, p. 17.

19 MADURO, Otto, *Mapas para a festa: Reflexões latino-americanas sobre a crise e o conhecimento*, p. 31.

20 FREIRE, Paulo, *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, p. 42.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel González. Resistências por vida justa: matrizes de formação humana. In: BEOZZO, José Oscar (Org.). *Educar para a um mundo social e racialmente justo*. São Paulo: Paulus, 2022.
- CNBB. *Campanha da Fraternidade 2022 - Texto-Base*. Brasília: Edições Cnbb, 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MADURO, Otto. *Mapas para a festa: Reflexões latino-americanas sobre a crise e o conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MARSIGLIA, IVAN. Contardo Calligaris. *Trip*, 2009. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/contardo-calligaris>>. Acesso em: 17 out. 2022.
- MONTEIRO, Aída; PINI, Francisca Rodrigues. A educação em direitos humanos e a função da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos. In: BEOZZO, José Oscar (Org.). *Educar para a um mundo social e racialmente justo*. São Paulo: Paulus, 2022.
- POSSANI, Lourdes de Fatima Paschoaletto; SANCHEZ, Wagner Lopes. Formação ecumênica e popular em rede: projetos e vínculos solidários. In: POSSANI, Lourdes de Fatima Paschoaletto; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). *Formação ecumênica e popular e feita em mutirão: Curso de Verão 25 anos*. São Paulo: Paulus, 2011.
- ROCHA, André. Educação ambiental e trabalho: água, agroecologia e tecnologias sociais. In: BEOZZO, José Oscar (Org.). *Educar para a um mundo social e racialmente justo*. São Paulo: Paulus, 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.